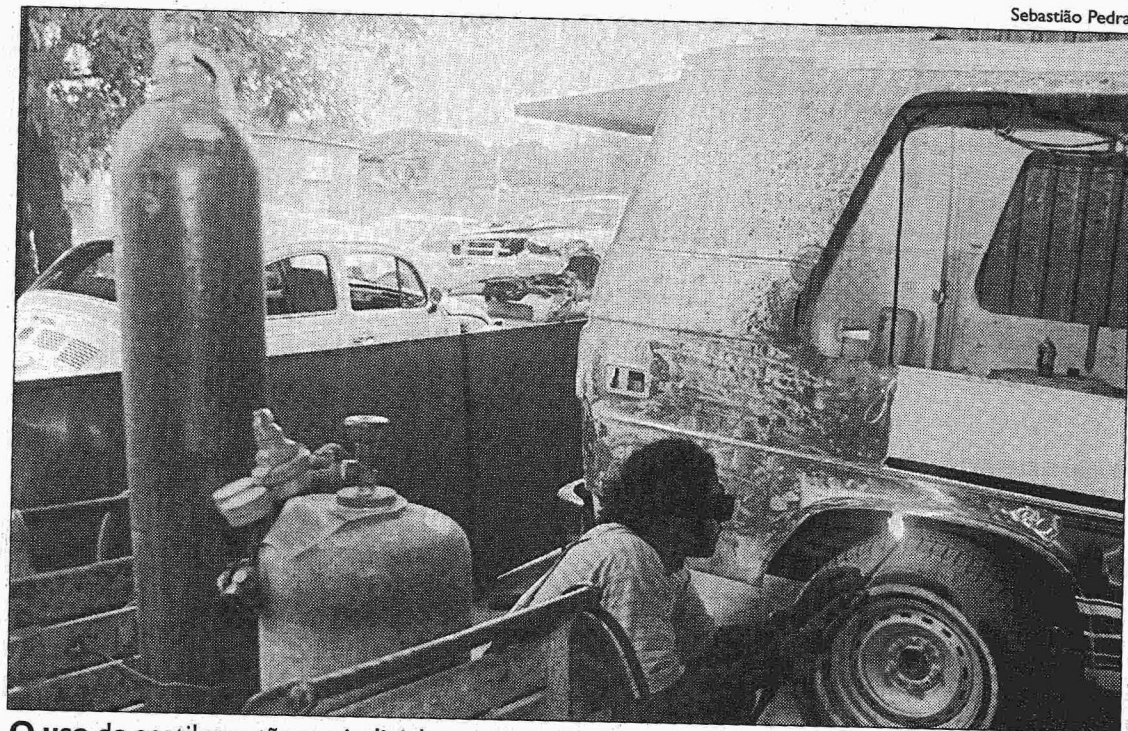


DF-Ceilândia Governo quer fiscalizar comércio de gases no DF

Segundo a Sematec, muitas empresas não fizeram levantamento para encontrar falhas na produção e venda de produtos a gás

Foi preciso acontecer o acidente com os cilindros do gás cloro em Ceilândia, responsável pela morte da dona-de-casa Maria José Pereira, na semana passada, para que se tomassem medidas emergenciais de combate à utilização indevida de produtos químicos no Distrito Federal. Mas apesar de o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, ter anunciado na quinta-feira passada, que iniciaria uma operação de controle de materiais tóxicos, ontem ainda não havia previsão de quando será feito o rastreamento nos locais de armazenamento de empresas, oficinas e ferros-velhos do DF.

A assessoria de comunicação do GDF informou que a viagem de Roriz para os Estados Unidos atrapalhou o início da operação. Um outro motivo seria a greve dos rodoviários, quando a cúpula do governo está voltada para a resolução das pendências entre motoristas e empresários. Já a Defesa Civil garantiu que o órgão iria começar uma operação nos ferros velhos, ontem mesmo. Entretanto, o coordenador executivo João Nilo, afirmou que não se trata de um rastrea-



Sebastião Pedra

O uso do acetileno, tão prejudicial quanto o gás cloro, é comum nas oficinas da cidade

mento, mas sim, de um programa preventivo. "Não cabe a nós fiscalizar, mas fornecer meios de como evitar acidentes", afirmou.

Enquanto isso, outros acidentes podem acontecer com a má manipulação e estoque de substâncias químicas. Mesmo tendo conhecimento de que o gás acetileno - utilizado em solda - e a amônia são tão perigosos quanto o cloro, a operação só deverá acontecer quando o governo montar uma equipe encarregada para elaborar um plano emergencial. Órgãos de controle ambiental, em parceria com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e governo, formarão um grupo de trabalho para traçar diretrizes de como vão se comportar de agora em diante.

Ainda esta semana, o governo deve tomar medidas para exigir das empresas fabricantes de produtos, um recadastramento junto ao Instituto do Meio Ambiente (Iema), órgão executor da política de meio ambiente, subordinado à Secretaria de Meio Ambiente, ciência e Tecnologia (Sematec), com a finalidade de instituir um sistema de licenciamento ambiental.

Segundo o diretor do instituto, Fernando Fonseca, a maioria das empresas não passou por um rastreamento rigoroso, onde pudessem constar possíveis falhas na produção e comercialização dos produtos. "Agora, vamos exigir que elas dêem garantias referentes à segurança, controle e utilização

dos produtos, por meio de relatórios periódicos", afirmou Fonseca.

Ele ainda afirmou que os órgãos governamentais não têm como evitar acidentes causados por substâncias químicas, mas podem alertar a população sobre o comportamento a ser utilizado preventivamente. "É muito fácil culpar o governo por omissão, mas é muito difícil fiscalizar os ferros-velhos de fundo de quintal, por exemplo", observou. No DF, existem centenas de ferros-velhos, mas, devido à informalidade de muitos, ainda não existe um levantamento que informe o número exato.

FABÍOLA GÓIS

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA